



HISTÓRIA: QUESTÕES & DEBATES

ANO 10 NÚMEROS 18 E 19 JUNHO E DEZEMBRO DE 1989

ISSN 0100-6932

História: Questões & Debates
Associação Paranaense de História - APAH
Curitiba — Junho - Dezembro 1989

S U M A R I O

Sérgio Odilon Nadalin — Apresentação 3

NA PAUTA DAS LIBERDADES

Guilherme Palacios — A “Guerra dos Maribondos”: uma revolta camponesa no Brasil escravista 7

UM CONTRAPONTO: LINGUAGENS TOTALITÁRIAS

Marionilde Dias Brepohl de Magalhães — Velhos e novos nacionalismos; Heimat, Vaterland, Gastland 77

Giralda Seyfert — A Liga Pangermânica e o perigo alemão no Brasil: análise sobre dois discursos étnicos irreduzíveis 113

René E. Gertz — Preconceitos de sangue 157

Décio Roberto Szvarça, Maria Lúcia Cidade — 1955: o voto “verde” em Curitiba 181

**A EXPERIÊNCIA REPUBLICANA:
INSTITUIÇÕES, POLÍTICA PODER**

Euclides Marchi — Uma igreja no estado livre: o discurso da hierarquia católica sobre a República 213

Cristiano German — Igreja versus governo — opções políticas na transição democrática brasileira 235

Gladys Sabina Ribeiro — O jacobinismo nos primeiros anos da República: seus ódios, suas razões e a criação de uma idéia de nação 261

Denise G. Bottmann — A propósito de Capistrano 283

ENSAIO

Joan Rüsen — Conscientização histórica frente a pós-modernidade: a história na era da “nova intransparência” 303

CONFERÊNCIA

Cristian Meier — Sobre o conceito de identidade nacional 329

NOTAS DE LEITURA

José Borges Neto — Nietzsche e a história: considerações sobre “Da utilidade e dos inconvenientes da história para a vida” ... 349

Francisco Moraes Paz — Peter Gay: a experiência burguesa da rainha Vitória a Freud 363

ISSN 0100-6932

**CONSCIENTIZAÇÃO HISTÓRICA FRENTE A
PÓS-MODERNIDADE: A HISTÓRIA NA ERA
DA “NOVA INTRANSPARÊNCIA”**

JÖRN RÜSEN

Professor da Universidade de Bielefeld, Alemanha.

SUMMARY

The article analyses the challenges modern historiography faces from recent postmodern tendencies. It points out the deficiencies of these new tendencies, but also suggests that some changes are necessary in current historiography in order to take into account and respond to some valid criticism. According to the article, there is a need for an awakening of reason to correct the mistakes and problems caused by a “sleeping” reason.

“El sueño de la razón produce monstruos”

Goya

**1. A PÓS-MODERNIDADE COMO DESAFIO
A CIÊNCIA HISTÓRICA**

Independente da definição mais restrita que se dê àquilo que sob a designação de “pós-modernidade” inquieta a cabeça dos intelectuais, ela representa um desafio para a Ciência Histórica. No prefixo “pós” está contido um elemento de insatisfação com os padrões culturais que interpretam as atuais condições de vida como “modernidade”. As qualidades do que é moderno estão sendo questionadas. O discurso sobre a pós-modernidade está a sinalizar uma busca por uma nova orientação histórica.

* Na falta de uma solução melhor, optou-se pela palavra “conscientização” para traduzir a palavra *Aufklärung*, só quando explicitamente referida ao movimento iluminista a mesma palavra foi traduzida por “Iluminismo”. Tradução de René E. Gertz (N.T.).

Esta busca de reorientação tem sua origem em experiências com algumas condições de vida da atualidade que representam uma afronta radical à perspectivas usuais de interpretação do mundo e da própria vida subsumidas no conceito de modernidade. Nos modelos culturais consolidados das sociedades modernas aquilo que caracteriza estas sociedades como especificamente “modernas” — aquilo, portanto, que na experiência histórica as distingue qualitativamente de formas de vida mais antigas — é invariavelmente avaliado como positivo. Neste contexto, a categoria de progresso aparece como um conceito histórico básico da moderna consciência histórica. Esta categoria apresenta a gênese histórica de sociedade moderna como um desenvolvimento que merece ser endossado e ao qual se pode e deve dar continuidade. À luz desta orientação histórica o futuro aparece como superação da qualidade de vida já atingida, seja através do domínio sobre a natureza, da riqueza econômica, da participação política, da conscientização cultural. Em oposição à esta qualificação do processo de modernização apresentam-se na atualidade fatos e resultados deste mesmo processo, que o colocam sob outra luz: cresce o potencial de destruição e os riscos de autodestruição da humanidade; os recursos naturais que servem à vida humana são destruídos pelo domínio e pela exploração da natureza via ciência, tecnologia e indústria; as potencialidades culturais, que colocam o homem em harmonia com suas condições de vida, são podadas pela racionalização e pelo desencantamento, que há alguns anos prometiam ao homem, em nome da conscientização, uma relação livre e feliz consigo mesmo sob condições de vida humanizadas. A promessa do Iluminismo de utilizar livremente as forças da razão humana para criar condições de vida humanas, superando as restrições impostas pela credice, pelo despotismo, pela desigualdade estamental, pelo atraso econômico, não só não foi cumprida, mas até transformada em seu oposto. A razão, liberta de suas limitações tradicionalistas, criou novos mecanismos de dominação, novas dependências econômicas e conduziu a uma nova insensatez. O Iluminismo como símbolo de mo-

modernidade e como inspiração da modernização é declarado um fracasso: “O sentido supremo da civilização transformou-se na suprema insensatez”, escreve Dietmar Kamper.

A modernidade como uma ameaça é uma experiência que põe em xeque os modelos de interpretação histórica que explicam nossas formas de vida por si mesmas, que as colocam em relação com experiências do passado, que permitem dar uma perspectiva sensata ao futuro e permitem uma orientação temporal ao agir atual.

Se, portanto, “modernidade” não constitui mais uma grandeza adequada para a auto-interpretação cultural de sociedades altamente industrializadas, então — assim ao menos parece — também a História perde importância como possibilidade de estas sociedades constituírem uma imagem de si mesmas através de lembranças e de agirem no sentido de formular o futuro. Juntamente com a perda de prestígio cultural da modernidade, também a História fica ameaçada de perder seu sentido. Em seu lugar aparecem outras possibilidades de satisfazer a busca de orientação temporal do homem, com símbolos que representam a vivência do tempo. Em seu lugar apresenta-se o pensamento mítico ou quase mítico.

Expressão concreta do desaparecimento de uma concepção de História que pudesse dar uma orientação ao nível cultural à ação das pessoas dentro da realidade social atual, é a idéia da *post-histoire*. A idéia da *post-histoire* está intimamente ligada ao discurso da pós-modernidade. Esta idéia nos diz que as atuais condições e vida não só perderam toda vinculação com qualquer orientação histórica, mas “História” não oferece mais nenhuma possibilidade de orientação. O status da própria prática de vida parece incompatível com todas as concepções de transcurso de tempo que dão sentido à História.

A idéia de *post-histoire* é uma expressão do pensamento pós-moderno; ele leva às últimas conseqüências a qualificação do presente como pós-modernidade. Com a retirada do

presente dos horizontes da modernidade desaparece a força orientadora de um pensamento histórico, que via nas modificações temporais do homem e de seu mundo, vindas do passado, passando pelo presente e indo para o futuro, uma direção geral que servia de orientação para a ação e como elemento de criação de identidade. **Post-histoire** constitui um desmentido histórico da modernidade. Ela representa o fim da evolução dentro da qual o passado podia ser apresentado como uma história com sentido e o futuro podia ser elaborado como uma perspectiva de ação com sentido para a criação do novo.

O parâmetro da História frente ao qual a **post-histoire** se torna plausível é o da transformação. Afirma-se que a modificação como conceito do movimento histórico da prática humana há muito se transformou numa catástrofe ou num véu para encobrir uma nebulosa parada geral, onde tudo se movimenta, mas onde a transformação não tem mais nenhum sentido. **Post-histoire** pressupõe que as forças do espírito humano que estão aí para criar algo qualitativamente novo e desejável não têm mais espaço nenhum dentro do automovimento de sistemas racionais em relação a fins, seja porque elas perderam a sua dinamicidade, seja porque perderam sua eficácia e se tornaram supérfluas.

A **post-histoire** é a contrapartida cética frente às visões revolucionárias ou evolucionárias da idéia de progresso, a qual, sob as mais diferentes formas, espera pela libertação definitiva do homem através da transformação do mundo. No lugar da dinâmica do progresso, aparece no pensamento da **post-histoire** uma configuração cultural para a qual anseios da subjetividade por liberdade não só parecem supérfluos, mas que também se submete à violência estrutural de instituições petrificadas ou então se refugia em divagações compensatórias no imaginário. **Post-histoire** é o título sob o qual intelectuais reconhecem sua desilusão diante das possibilidades de melhorar o mundo via modernização e se despedem da idéia de progresso. Como a essência do pensamento histórico sempre esteve ligada à preocupação de cla-

rear as possibilidades de melhoramento do mundo para os sujeitos, através de uma ação premeditada, a ausência destas ações desejadas só pode ser identificada com o fim da História. O sonho do reino da liberdade transforma-se no pesadelo de uma vida nômade para aqueles que reconhecem sem ilusões o crescente deserto de potencialidades, consumidas pela racionalização e pelo desencantamento.

A Ciência Histórica ficaria mal assessorada se rejeitasse estas tendências da cena intelectual contemporânea como simples modismo tolo e não as levasse a sério como desafio ao seu próprio trabalho epistemológico. Afinal, este trabalho epistemológico é alimentado de forma decisiva por questionamentos que se originam em problemas de orientação do presente e que só podem ser retomados de forma engenhosa por quem tenha sensibilidade para aquilo que acontece ao seu redor. A grande historiografia não se origina na rotina da pesquisa, mas em novos questionamentos ao passado: questões que surgem a partir do presente e das incômodas experiências contemporâneas; mas a plausibilidade das respostas históricas depende da racionalidade da pesquisa histórica.

As concepções de pós-modernidade e de **post-histoire** representam um desafio radical ao pensamento histórico. A modernidade deste pensamento pressuõe categorias tão decisivas do conhecimento histórico quanto progresso, desenvolvimento, evolução e, naturalmente, a cientificidade da Ciência Histórica e o papel da racionalidade metodológica das operações narrativas que informam o sentido da consciência histórica. O conceito de **post-histoire** representa uma contestação fundamental ao pensamento histórico como princípio de orientação da existência: ele ainda se justifica (uma justificação que fosse além da reconstrução da gênese de sua própria abolição)? Ou, de forma mais concreta: que perspectivas efetivas para o futuro pode abrir a lembrança histórica produzida pela História como ciência?

Desafios à modernidade e à historicidade como orientações temporais da prática da vida não são novos. O pro-

cesso de modernização esteve acompanhado desde o começo por crises de orientação, onde sob formas diferentes, mas perfeitamente comparáveis, se apresentaram as contracorrentes às promessas emancipatórias, que o acompanharam no campo cultural e que (na medida em que foram levadas a sério) o impulsionaram para a frente. O próprio Romantismo é uma tal contracorrente no período de formação do processo de modernização. Outro exemplo importante é constituído pela crítica generalizada ao capitalismo, ao liberalismo e ao marxismo por parte de intelectuais burgueses na virada do século XIX para o XX; é aqui que se localizam as principais raízes intelectuais do fascismo europeu. Pode-se listar uma série de outros fenômenos culturais que podem ser caracterizados como tentativas de constituir uma compensação para a perda de sentido que a concretização da racionalidade técnico-científica como orientação cultural dominante trouxe para muitos aspectos da vida. Tais tentativas de compensação foram e continuam sendo bem sucedidas, sempre quando e onde progressos na racionalidade não podem ser apresentados convincentemente como esperança para um futuro melhor frente ao pano de fundo de um passado vivenciado como restrito às formas de vida das pessoas e que, pelo contrário, é sentido como um passado no qual houve uma perda no processo de criação de identidade.

A Ciência Histórica pode, com o estabelecimento de relações históricas do tipo descrito, descrever e explicar as peculiaridades e a atratividade das concepções de pós-modernidade e **post-histoire**, mas isto não basta como resposta ao desafio que elas representam. Ela não pode lidar com a pós-modernidade apenas como objeto do conhecimento histórico, pois esta questiona e põe em xeque os próprios princípios deste conhecimento. A Ciência Histórica se defronta consigo mesma numa história da pós-modernidade. A própria auto-avaliação histórica a desafia à uma reflexão sobre seus atuais pontos de vista e estratégias de trabalho com a lembrança histórica. Analisando a retrospectiva de sua própria história, ela pode conhecer alguns problemas com que

hoje novamente se defronta, no momento em que a força dissuasiva das orientações históricas modernas perde força.

Ernst Troeltsch planejou seus famosos trabalhos sobre o Historicismo como reação a um desafio deste tipo. Neles podemos encontrar, como num foco de luz, a direção em que aponta a pós-modernidade ao investir contra as tradições do pensamento histórico. E, neles também encontramos indicações sobre as possibilidades deste pensamento para incorporar e reelaborar os impulsos recebidos: “A destruição da informação histórica e do conhecimento histórico só poderia ser entendido como uma opção pela barbárie e só seria exequível através de um retorno à barbárie também em outras esferas da vida. Mas algo assim não se pode simplesmente nem querer nem intentar (...). Isto seria o legado triste e infundável de culturas envelhecidas e não a feliz liberação da força e do vigor. Temos de continuar carregando o nosso fardo. Podemos examiná-lo e colocá-lo sobre nossas costas. Mas como ele contém todos os nossos bens e instrumentos de nossa vida, não podemos jogá-lo simplesmente fora.”

Afrontar a crise de orientação trazida à tona pelas investidas de reorientação temporal representadas pela pós-modernidade e pela *post-histoire* significa, em primeiro lugar, que a Ciência Histórica examine que instrumentos utilizou até agora para fornecer orientação temporal e que hoje são questionados de forma radical. Só então poderá ficar claro onde estão as deficiências de orientação do pensamento histórico que levam à uma reação às suas conquistas no processo de cientificização modernizadora ou que levam o próprio pensamento histórico a ser rechaçado como fator de orientação cultural na vida prática.

Auto-avaliações críticas não são novas. Elas são feitas de tempos em tempos e, dependendo do peso e da plausibilidade das restrições à rotina dominante no trabalho de conservação da memória por parte da Ciência Histórica, ocorrem mudanças mais ou menos profundas nos procedimentos epistemológicos da Ciência Histórica.

Atualmente está se desenrolando na Ciência Histórica da República Federal Alemã uma veemente discussão em torno da interpretação da história alemã mais recente. Esta discussão envolve todos aqueles que se interessam pela História e isto demonstra a importância que continua a ser atribuída à Ciência Histórica na cultura histórica da atualidade (aparentemente não atingida pela relativização em sua função orientadora, que as Ciências Sociais durante algum tempo haviam monopolizado). Face à ressonância e à veemência desta discussão entre os historiadores poderia parecer que aí se encontrassem no foco de um problema central de orientação histórica para os alemães — seu relacionamento com o nacional-socialismo — os problemas apontados pela pós-modernidade e pela *post-histoire* para uma orientação histórica no presente. Mas não é isto que ocorre. As clivagens que separam os historiadores em sua discussão localizam-se todas no lado de cá das críticas e das contradições em que a Ciência Histórica se vê confrontada com o destino de sua modernidade. A discussão entre os historiadores localiza-se totalmente dentro das fronteiras da modernidade; se as inquietações que o pensamento pós-moderno registra das crises do presente aparecem nesta discussão, isto só ocorre de forma muito indireta e superficial, não afetando, portanto, formas de pensamento histórico consagradas. A atual discussão entre os historiadores pode atingir estas formas de pensamento, quando, por exemplo, entram em confronto concepções divergentes sobre cientificidade e sobre a relação entre Ciência Histórica e política e quando o princípio básico da ciência, a argumentação racional, revela algumas deficiências — mas estas formas de pensamento de maneira alguma são superadas, especialmente na intenção dos envolvidos na discussão. A discussão entre os historiadores não representa na cultura histórica da República Federal Alemã uma nova intransparência, já que suas estratégias de argumentação se mantêm dentro dos limites dos paradigmas usuais da Ciência Histórica. As clivagens são claras, as posições podem ser claramente localizadas e caracterizadas na história da Ciência, como destacou recentemente Winfried Speitkamp.

2. A MODERNIDADE DA CIÊNCIA HISTÓRICA

Para compreender e poder enfrentar os desafios que o pensamento pós-moderno representam para a Ciência Histórica, é indispensável esclarecer primeiro o que é moderno na Ciência Histórica. Quais são as potencialidades de interpretação de vivências temporais que o pensamento histórico conquistou ao longo do processo de modernização? Podemos descobrir limites destas potencialidades, limites que deveriam ser superados face à atual crise de orientação dentro do processo de modernização?

Se analisarmos o processo de desenvolvimento que o pensamento histórico percorreu desde o início do século XVIII, podemos detectar três etapas de modernização.

A primeira é uma realização do Iluminismo. O Iluminismo colocou a capacidade racional do homem no centro do pensamento histórico, estabelecendo que pelo lado do sujeito do conhecimento histórico a razão seria o parâmetro dos juízos históricos e estabelecendo pelo lado do objeto como centro do interesse, as realizações culturais que o homem pode concretizar através da razão.

A segunda etapa de modernização foi iniciada no final do Iluminismo e amplamente praticada pelo Historicismo. O modelo até então dominante de pensamento histórico, cujo sentido se reflete de forma exemplar no slogan “*historia vitae magistra*”, foi substituído por outro, o pensamento genético. Em oposição às tentativas de reduzir processos temporais a elementos de permanência que os perpassam, ou a princípios abrangentes de validade atemporal, o novo modelo destacava o momento da transformação, elevando-o à categoria de elemento fundamental para a orientação do agir humano. Nesta etapa da modernização o pensamento histórico exemplar é substituído pelo pensamento histórico genético.

A terceira etapa de modernização, cujo início coincide mais ou menos com o final do século XIX, consiste no desenvolvimento de um pensamento histórico representado

paradigmaticamente pelo marxismo, pela Escola dos *Annales* e pela história das estruturas e da sociedade (*Struktur-und Gesellschaftsgeschichte*). Nesta etapa o pensamento histórico atinge uma nova dimensão social da experiência histórica. O foco histórico se desvia dos acontecimentos históricos provocados pelo agir humano intencionado e se concentra nas conjunturas que determinam a ação humana e no seu entrelaçamento sistemático, bem como nas transformações que estas conjunturas sofrem no decorrer do tempo.

Todas as três etapas representam períodos de racionalização do pensamento histórico, no decorrer dos quais ele vai adquirindo a forma, a auto-imagem e naturalmente também o prestígio cultural de uma ciência. A História se desenvolve desde o final do Iluminismo e, depois sobretudo no período do Historicismo, como disciplina científica com métodos próprios e com a correspondente institucionalização.

O processo de desenvolvimento destas etapas de modernização até pouco tempo atrás podia ser interpretado, sem maiores problemas, como progresso: o pensamento histórico adquiriu seu status de ciência e desenvolveu padrões de racionalidade que iam se superando nas etapas seguintes e que podiam ser interpretadas como uma linha ascendente de aprofundamento e ampliação da racionalidade metodológica da pesquisa histórica. De uma forma talvez um pouco forçada, poderia dizer-se que este progresso na racionalidade histórica consiste, na primeira etapa, na imposição de parâmetros secularizados na avaliação histórica; na segunda etapa, na generalização da investigação histórica como um procedimento metodologicamente regulamentado para produzir conhecimento; e na terceira etapa, no desenvolvimento de construções teóricas de interpretação histórica específicas para a Ciência Histórica.

Este progresso experimentou rupturas e rejeições. Cada nova etapa de racionalização era construída sobre os defeitos da etapa anterior e produzia, por sua vez, as suas próprias deficiências. Uma análise destes defeitos pode possibilitar que o moderno pensamento histórico abra um espaço

à crítica pós-moderna dos seus padrões de racionalidade e deixar claro se e como pode enfrentar estas críticas.

O final do Iluminismo e o Historicismo reclamavam que o critério racional do Iluminismo apresentava defeitos de temporalidade: era difícil interpretar historicamente a multiplicidade e heterogeneidade dos produtos culturais do espírito humano mediante a perspectiva de uma razão quase-natural. O Historicismo superou estes defeitos através de suas categorias do desenvolvimento e da individualidade, mas não resolveu um defeito referente aos fatores econômicos e sociais que determinam as ações humanas intencionadas. A última etapa de modernização do pensamento histórico apresentou, finalmente, um defeito no que tange à subjetividade, tendo em vista a importância decisiva atribuída às raízes sociais mais profundas da experiência histórica.

A história do progresso da modernização do pensamento histórico pode, portanto, também ser analisada sob a perspectiva dos defeitos ou das perdas: o processo de modernização no pensamento histórico produz, com suas etapas de racionalização, defeitos que correspondem aos respectivos padrões de racionalidade. O desenvolvimento passado do pensamento histórico mostra que estes defeitos foram eliminados com o desenvolvimento de novos processos, que podem ser interpretados como continuação e ampliação da modernização. Isto continua válido hoje em dia? Esta pergunta não é apenas retórica, pois o defeito apontado pelo pensamento pós-moderno atinge um princípio que se mantém através das diversas etapas de modernização do pensamento histórico. Trata-se da racionalidade modernizante do pensamento histórico, isto é, da conscientização e da ampliação do espaço da razão dentro do processo de cientificização. É a racionalidade metodológica (que faz com que a História seja uma ciência) que está sendo contestada em suas bases, independente de suas diversas variantes. É esta racionalidade que é acusada de ser a responsável por — como princípio de orientação cultural da prática humana — ter conduzido a situações dentro desta mesma prática, que ela não mais permite compreender e dominar.

Esta situação pode ser ilustrada com o **Capricho**, de Francisco Goya, que traz o significativo título de “O sonho** da razão produz monstros”. A idéia da racionalidade metodológica como uma concepção modernizante da razão e que também atingiu a Ciência Histórica durante o seu processo de surgimento e cristalização como ciência, não é outra coisa do que um monstro, do qual, face às catástrofes que experimentamos no presente, devemos fugir, para que também no pensamento histórico possamos evitar e sobreviver à nossa autodestruição? É possível reduzir o desafio da pós-modernidade à Ciência Histórica à esta pergunta. O sonho da razão, que a consciência humana começou a sonhar o mais tardar no Iluminismo e dentro do qual a moderna Ciência Histórica se formou, está no fim? É um pesadelo no qual o pensamento progressista forçosamente toma conta dos homens e os conduz à uma situação na qual a irrefletida continuação de progressos passados só pode terminar numa catástrofe? O sonho acabou e precisamos acordar com novas formas pós-modernas de pensamento histórico, para podermos sentir-nos não mais diante de uma catástrofe, mas em condições de sobreviver dentro do nosso movimentado mundo?

3. A CRÍTICA A MODERNIDADE E O PENSAMENTO PÓS-MODERNO NA CIÊNCIA HISTÓRICA

A Ciência Histórica até agora enfrentou de várias formas os desafios da pós-modernidade. Podem ser distinguidos dois tipos de reação diante das novas vivências com o tempo e diante dos respectivos novos modelos de pensamento. Por um lado se contorna a pós-modernidade, recorrendo ao tradicionalismo, o qual supostamente apresenta modelos históricos de interpretação eficazes para a solução. Procura-se por “ancoradouros nas cataratas do progresso” (Michael Stürmer). O que se oferece como alternativa são

** Neste parágrafo o autor traduz e interpreta o termo espanhol “sueño” como “Traum”, sonho (N.T.).

orientações históricas que se cristalizaram durante o processo de modernização, se mostraram eficazes e que deverão também resolver e canalizar o desenvolvimento crítico atual. Nesta linha apresenta-se como uma das orientações, a categoria histórica da Nação e com ela um pensamento histórico que enxerga na identidade nacional a única forma estável de auto-afirmação que pode satisfazer a busca de orientação na atual prática de vida. A inquietude do presente pretende ser aquietada com uma referência às longas tradições nacionais; a falta de sentido sinalizada pela pós-modernidade pretende ser compensada pela recuperação de uma cultura milenar das peculiaridades nacionais; a intelectualidade nervosa das correntes críticas pretende ser acalmada com o sedativo do longo arco de tradições culturais. A ruptura do tempo entre modernidade e pós-modernidade é encoberta pela longa duração dos desenvolvimentos históricos e que deram origem à tradições culturais que merecem ser preservadas.

Mas em meio à cataratas não se pode ancorar e a categoria histórica da Nação há muito tempo foi desfeita pelo processo do desenvolvimento político que torna necessárias novas formas de identidade histórica coletiva que ultrapassem o âmbito do nacional, isto se se pretende que as formas supranacionais de dominação política continuem a ter um contrapeso cultural na subjetividade dos dominados e não fiquem restritas aos mecanismos burocráticos com suas dificuldades de legitimação. Por isso é enganosa a promessa de uma quietude tradicionalista diante da tormenta da pós-modernidade.

Mas o pensamento histórico também tomou outros caminhos. Ele não só procurou por pontos de calma dentro do movimento de aceleração da modernização, mas submeteu este próprio movimento à uma crítica pelos critérios de sua própria ideologia do progresso. Ele submeteu à uma crítica histórica as contradições entre as promessas e o resultado da modernização, apresentando os custos e os sacrifícios do processo de desenvolvimento que conduziu às

atuais formas de vida. Uma tal revisão histórica coloca sob a devida luz a crise de orientação atual; ela mostra que e como o tradicional conceito de desenvolvimento e de progresso pode e deve ser submetido à crítica, frente à experiências históricas desviantes. Mas o que este pensamento histórico que se afasta dos modelos tradicionais pode colocar no lugar do conceito criticado de progresso e desenvolvimento e que se mostrava cego diante dos seus custos e de suas vítimas? Só neste nível, onde novas experiências históricas são reelaboradas numa concepção de transcurso temporais sobrepostos, só no nível dos modelos históricos básicos para a orientação histórica contemporânea é que se decide a questão se e como o pensamento histórico deu ou pode dar um passo em direção à pós-modernidade.

Os diagnósticos não são unânimes. A crítica ao progresso pode conduzir à fuga da lembrança histórica diante dos problemas de orientação do presente para contraquadros históricos mais ou menos elaborados. Neste caso se evita, ou se tenta fazer crer que evita, o passo até o pós-moderno através de um passo (para trás) até o pré-moderno. É na origem temporal dos desenvolvimentos que conduziram às atuais condições de vida — no início da era moderna, portanto — que são localizadas e historiograficamente descritas formas de vida que representam uma compensação às crises vividas na atualidade. Assim no livro de Le Roy Ladurie, a aldeia Montaignou nos Pirineus é apresentada como um contraquadro rousseauiano do presente. Desta forma, a perspectiva histórica se desvia da gênese do presente e se fixa fascinado sobre o passado como alternativa. Algo parecido pode-se dizer de descrições historiográficas que nos oferecem uma cultura popular pré-moderna para a identificação histórica, diante da qual as formas atuais de vida aparecem como as alienadas. No moageiro Menocchio, de Carlo Ginzburg, a decepção intelectual sobre o desfecho do movimento de 1968 se condensa numa figura histórica na qual o futuro esperado, mas não realizado, se transforma no passado descoberto nas imediações do ano de 1600. Algo

semelhante é válido para interpretações feministas das bruxas, que no início da era moderna estariam representando a **humanitas**, a qual se teria perdido, ao longo da realização da racionalidade modernizante, nas estruturas de dominação desumanizantes do patriarcado moderno.

Com esta estratégia dos contraquadros o pensamento histórico reforça a crise de orientação do presente, sem poder apresentar uma solução séria. O outro passado é lembrado como o verdadeiro próprio presente, assim que o presente aparece como alienação, como tempo desapropriado. Estes contraquadros históricos só conseguem dar uma orientação negativa diante do presente. Eles não descortinam nenhuma perspectiva futura que possa orientar a ação. Eles apenas contrapõem as deficiências do moderno pensamento histórico às vivências contemporâneas decorrentes da modernização, mas não conseguem eliminá-las. Com eles pode-se apenas suportar o peso das vivências atuais — já que não há caminho de volta à fascinante alternativa histórica, sua descrição historiográfica cobre como um véu as condições atuais e, com isto, as torna imprecisas.

Enquanto esta estratégia historiográfica dos contraquadros pré-modernos contrapostos à atualidade insiste no confronto entre o ontem e o hoje, ela (ainda) não é pós-moderna. Ela coloca sob suspeição o modo genético de pensar, característico do moderno pensamento histórico, mas não o substitui por outra concepção da relação temporal entre passado, presente e futuro. Já existem conceitos que conseguem contornar de forma pós-moderna a proscricção aos conceitos de progresso e desenvolvimento do pensamento moderno? Já existem formas de pensamento que conseguissem enquadrar o presente de forma radicalmente diferente numa concepção de contextualização histórica que não fosse a forma de uma direção das transformações?

Ainda não existe uma construção mental uniforme e facilmente identificável deste tipo. Existem algumas tentativas. A História do Cotidiano, a Antropologia Histórica e a Microistória, representam formas novas do pensamento his-

tórico com alguns traços claramente pós-modernos. O que elas têm de comum é o fato de que não trabalham mais com categorias genéticas de tempo e pretendem substituí-las por uma outra perspectiva histórica. Com a categoria do cotidiano a vivência das pessoas atingidas pelas transformações históricas adquire maior importância na interpretação histórica do que as construções analíticas com as quais as transformações são reconstruídas a partir da perspectiva do analista atual. As linhas de evolução das condições objetivas de vida juntam-se num mesmo nó que inclui a participação subjetiva. É a partir daqui, a partir da vivência daqueles que, agindo e sofrendo, deram origem às atuais condições de vida, que esta gênese é lembrada. Nesta perspectiva ela perde o sentido de uma direção temporal objetiva e se transforma numa realidade subjetivamente vivida. Para este tipo de explicação os procedimentos analíticos que caracterizavam os padrões de racionalidade da moderna Ciência Histórica mostram-se inadequados.

Se o progresso na racionalização da Ciência Histórica na terceira etapa de sua modernização se caracterizava pela proximidade de seus procedimentos de pesquisa com os das Ciências Sociais, que tematizam as forças propulsoras da modernização e com isto também as impulsionam, se a Ciência Histórica, portanto, estava muito próxima da Economia, da Sociologia e da Ciência Política, são agora a Antropologia e a Etnologia que abastecem a História com suas formas de pensamento. Estas últimas ciências se preocupam com tempos e espaços da vida humana que não se enquadram nas concepções genéticas do surgimento de sociedades modernas. Seus métodos, por isso, são muito adequados para evitar de forma sistemática uma visão histórica sobre as gêneses do mundo moderno. Estas ciências trazem à tona aqueles aspectos dos fenômenos até agora interpretados à luz das categorias de progresso e desenvolvimento que justamente fogem à estas categorias, destacando assim, seu sentido independente e fugindo a um enquadramento na pré-história do presente.

Métodos de investigação e formas de representação **microistóricos** são apropriados para este modo de pensar histórico. Eles retiram estes fenômenos do contexto de uma direção temporal abrangente com suas transformações progressivas e destacam seu sentido independente, sentido que eles tinham no horizonte cultural daqueles que dentro dele agiam ou sofriam, em oposição, portanto, à idéia de sentido como parte de um processo temporal geral.

A salvação de um tal sentido independente tem naturalmente seu preço: não raro ela é obtida mediante o abandono de todo tipo de pensamento teórico dentro da interpretação histórica. Os condicionamentos macroistóricos são desprezados em benefício dos fenômenos históricos isolados. O trabalho com um referencial teoriforme na interpretação histórica era tido, até agora, como uma das conquistas importantes da Ciência Histórica no caminho de sua modernização. Tais construções teóricas pretendiam tornar compreensíveis processos temporais globais que perpassam os fenômenos históricos isolados no processo de surgimento do mundo moderno. É dentro destas construções teóricas que foram concebidas as condições macroistóricas que agora são referidas por um pensamento histórico que não tem mais interesse em localizar os fenômenos dentro de direções ou linhas evolutivas. Com o desprezo por construções teoriformes de processos históricos de longa duração, as situações históricas apreendidas por tais construções naturalmente não perdem sua validade e eficiência. Em vez disso, podem transformar-se no pano de fundo não compreendido de uma apreensão histórica que, sem este pano de fundo pode levar à concepções falsas, à uma perda de vivência histórica.

A guinada pós-moderna na Ciência Histórica registra, portanto, ganhos, por um lado, e perdas, por outro. No lado dos ganhos deve-se registrar a ampliação de um sentido histórico intrínseco para o passado. Mas o que está no lado das perdas?

4. DEFICIÊNCIAS DO PENSAMENTO HISTÓRICO PÓS-MODERNO. OU: DE QUE NÃO PODEMOS ABRIR MÃO?

São sobretudo três deficiências que a guinada pós-moderna da Ciência Histórica em direção à História do Cotidiano, à Microistória e à Antropologia Histórica traz consigo: deficiências em termos de vivência da modernização, de racionalidade conscientizadora e de teorização metodológica. Estas deficiências aparecem em vários graus de intensidade, mas elas decorrem basicamente da oposição pós-moderna à teoria e da conseqüente defesa de uma nova compreensão e em oposição a um enquadramento dos fenômenos históricos dentro de direcionamentos temporais globais que apontam em direção às condições atuais de vida.

a) Ao contrário do que faz a Microistória, o pensamento histórico não pode abrir mão da vivência da modernização e da dinâmica temporal que lhe é peculiar. Se localizássemos uma autocompreensão histórica do presente além dos condicionamentos que podem ser comprovados macrohistoricamente no processo de desenvolvimento das formas de vida moderna, esta autocompreensão histórica ficaria privada de dimensões fundamentais da História que confluíram para as atuais condições de vida. Progresso tecnológico, devastação econômica da natureza, armamentismo, aperfeiçoamento da dominação através da administração e da interpretação puramente racional-final das condições humanas de vida, seriam relegados para um limbo de fenômenos naturais, onde eles, livres da crítica e da resistência, poderiam grassar muito mais impunemente. A punctualização do olhar histórico praticado pela Microistória aprofunda a vivência da alteridade histórica. Mas não se pode negar que esta intensificação se dá às custas da amplitude da vivência histórica que abranje a relação do presente com o passado como um todo.

b) A fascinação representada por uma vivência de alteridade intensificada a nível microistórico, a nível de História do Cotidiano ou a nível antropológico-cultural, como a prati-

cada pelas tendências pós-modernas da Ciência Histórica, pode descambar facilmente para uma cultura histórica que supervaloriza os sentimentos e com isto cai no irracionalismo e no misticismo. A metáfora da frieza, utilizada pelos que criticam o uso de teorias históricas na pesquisa, aponta nesta direção. Diante de tais tendências a Ciência Histórica não pode abrir mão do instrumento da razão argumentativa e discursiva. Que outro instrumento poderia ser utilizado se a Ciência tem a tarefa de, numa rede global de comunicação da sociedade planetária em formação, cuidar do entendimento intercultural e intracultural, apesar de uma multiplicidade de identidades históricas? A “frieza” do pensamento histórico moderno consiste em última análise na visão sóbria dos fatos, a qual encara como problemática, como erro de orientação histórica, a procura saudosista por um mundo histórico íntegro. A História que não se dispuser a sacrificar a razão metodológica em favor da febre por contraquadros rousseaunianos às crises do presente, se manterá como um ancoradouro de sobriedade frente à avalanche panfletária dos caçadores de sensações.

c) Diante da fragmentação da vivência histórica em quadros isolados do passado, microistoricamente elaborados, a Ciência Histórica não pode abrir mão do trabalho teórico de apreensão conceitual da vivência histórica como um todo. Em vez de jogar a História de baixo contra a de cima, a pequena contra a grande, a estranha contra a própria, não se deveria esquecer a relação entre elas nem abandonar o trabalho de síntese abrangente. Esta apreensão conceitual e esta criação de uma síntese histórica devem incluir uma referenciação histórica ao presente que seja algo mais do que uma contraposição abstrata entre condições de vida atuais e alternativas lembradas. Os problemas de orientação motivados pela crise do presente só podem ser resolvidos quando o presente é colocado numa relação temporal com aquele passado que, na perspectiva dos críticos da modernidade, é digno de um novo significado histórico. A ausência de uma tal idéia de relação foi apresentada como crítica — justa —

contra a Escola dos Annales e ela constitui um argumento que não perdeu nada de sua validade contra as tendências pós-modernas desta escola.

Os procedimentos e as posições do pensamento histórico citados, que não deveriam ser abandonados face às versões pós-modernas, são parte integrante do cânone moderno da Ciência Histórica. Mas este cânone também é suficiente para eliminar aqueles problemas de orientação que têm sua origem na vivência de conseqüências negativas da modernização? O instrumentário tradicional é suficiente para uma conscientização histórica? Frente às novas possibilidades do pensamento histórico, abertas pelas referidas mudanças na Ciência Histórica em razão das formas pós-modernas de pensar, uma resposta negativa a esta pergunta parece adequada. Sem dúvida, a cultura histórica comprometida com os padrões de racionalidade da moderna Ciência Histórica confronta-se com alguns limites impostos pelas vivências que desencadearam a pós-modernidade. Como ela pode superar estes limites? O abandono dos padrões de racionalização conquistados no processo de modernização é tão impossível quanto a limitação às suas possibilidades. Se estas duas alternativas devem ser evitadas, então torna-se incontornável responder se é possível pressupor um desenvolvimento ilimitado do potencial racional desenvolvido nas diferentes etapas de modernização da Ciência Histórica. Que possibilidades tem a razão histórica subjacente ao programa da modernidade para, no futuro, realizar um processo de conscientização em torno de condições contemporâneas de vida através da memória histórica? O citado **Capricho** de Goya pode ser visto como uma pergunta destas: a razão é um sono *** que produz monstros ou ela está apenas dormindo e deveria ser despertada? Com as minhas considerações finais gostaria de defender a idéia de que devemos tentar despertá-la.

*** A partir deste ponto o autor passa a traduzir e a interpretar o termo espanhol *sueño* como *Schaf*, sono (N.T.).

5. O DESPERTAR DA RAZÃO HISTÓRICA

Para não perder-me num jogo de metáforas que a imagem de Goya como símbolo de uma crise de orientação pode desencadear, gostaria de argumentar de forma sistemática em três etapas. Se a razão histórica deve ser “despertada”, então deve-se esclarecer primeiro o que significa “razão” no pensamento histórico (a); além disso deve ficar claro em que consiste seu “sono”, isto é, suas limitações no pensamento histórico (b); finalmente deveria ficar claro como estas limitações podem ser superadas (c).

a) O que se pretende dizer quando se chama de “racionais” processos de interpretação histórica ligados ao trabalho de formação de uma consciência histórica? “Razão” refere-se a pensamento no trabalho de memorização da consciência histórica e abrange momentos formais, de conteúdo e funcionais do pensamento histórico.

Formalmente o pensamento histórico é racional, quando realizado dentro de um determinado tipo de linguagem e comunicação: quando ele se realiza mediante uma conceitualização, está em sintonia com a realidade, possui uma regulamentação metodológica e se orienta em elementos consensuais. “Razão” se refere aqui ao caráter argumentativo do pensamento histórico, indissociável da cientificidade.

Do ponto de vista do **conteúdo**, um pensamento histórico é racional, quando lembra processos e fatos de humanização no passado, quando lembra a eliminação da miséria, do sofrimento, da opressão e da exploração e a libertação de coações naturais ou impostos por outros e a passagem para uma vida de autodeterminação e de participação.

Do ponto de vista **funcional** ou **pragmático** o pensamento histórico é racional, quando nas suas referências ao presente serve de orientação para a vida e a formação de identidade dos sujeitos, quando a lembrança histórica favorece a ação e a formação de identidade.

b) Estas potencialidades racionais do pensamento histórico em geral só se desenvolveram em forma restrita (“dormente”) nas etapas de modernização da Ciência Histórica. Em sentido formal elas muitas vezes tendiam a restringir-se às técnicas e aos procedimentos metodológicos da pesquisa histórica, recusando os importantes critérios do sentido da interpretação histórica como elementos extracientíficos, mesmo que estes estivessem presentes na historiografia, já que sem eles a História nem pode ser escrita. Uma Ciência Histórica que restringe suas potencialidades racionais à tecnologia de pesquisa torna-se indefesa e condescendente com conteúdo que lhe são impostos autoritariamente de fora por parte de ideologias — onde o “de fora” quase sempre significa “de cima”. Profissionalizado como tecnocrata da pesquisa o historiador não tem maiores problemas de assumir o papel de *ghostwriter* da política e de descansar à sombra do poder.

Dentro do processo de modernização do pensamento histórico, ao qual a Ciência Histórica deve seus critérios racionais específicos, há, no entanto, também uma outra variante (formal) reivindicando status racional: esta pode apresentar-se como racionalidade onipotente ou ávida por poder, na forma de um sistema perfeito de interpretação histórica a reivindicar caráter científico. O exemplo histórico clássico é o materialismo histórico. A ciência se transforma no órgão que cria o sentido histórico. A reivindicação de cientificidade, neste caso, acaba transformando-se em dogmatismo, em uma visão ideológica de mundo.

Do ponto de vista do conteúdo a razão restringida no processo de modernização consiste no fato de, ao propor a humanização, causar o inverso, podendo conduzir, portanto, a uma dialética cega entre humanização e barbárie. Assim a vivência histórica simbolizada na guilhotina representa o princípio racional da igualdade; o caráter civilizatório da Europa se inverte na barbárie do imperialismo etc. Uma lembrança histórica que não se conscientiza desta dialética sucumbe impotente diante dela. Ela propaga um princípio

racional de organização da vida, sem atentar para a experiência que mostra que em nome deste princípio aconteceram muitos fatos irracionais: opressão, coação, terror, assassinato organizado. Os exemplos de uma tal razão “cega” dentro do processo histórico são incontáveis. Eles sempre são problemáticos, quando em nome da liberdade, entendida como eliminação da dominação, passa a ser exercida uma dominação sem freios.

Em sentido funcional a razão modernizadora do pensamento histórico aparece como restringida quando conduz a consensos forçados, quando dentro dos processos de formação da identidade histórica vincula esta identidade à existência de uma relação de inimizade com outra identidade. Neste caso ela desenvolve potencialidades de agressão que condicionam a confirmação da auto-identidade à negação do ser-diferente dos outros. “Negação” significa neste caso um princípio de ação, isto é, uma forma prática de prejudicar ou até de eliminar a identidade dos outros. Exemplos de criação de consensos forçados através do pensamento histórico são representados por todas as formas de identidade nacional que relacionam a auto-afirmação nacional à negação forçada do outro na forma de uma inimizade hereditária ou algo semelhante.

c) Diante destas restrições, que sempre de novo se manifestam ao longo do desenvolvimento histórico do pensamento moderno, quais são as chances de conceber uma razão que possa superá-las (uma razão que esteja “despertada”) e possa abrir novas potencialidades de interpretação histórica? na-

Em termos formais este potencial poderia ser explorado, se a Ciência Histórica incluísse suas potencialidades de argumentação racional — de forma cuidadosa, mas crítica — no próprio processo de criação de sentido na História. Pode-se e deve-se fazer valer a argumentação racional como instância crítica na criação de sentido na História, e isto frente a formas mistificadoras e irracionais de criação de sentido.

Para isto evidentemente é necessário que os padrões de racionalidade do moderno pensamento histórico sejam ancoradas nas e validadas pelas dimensões lingüísticas internalizadas, ou seja, ali onde se cristalizaram os principais pontos-de-vista sob os quais o trabalho de memorização da consciência histórica transforma acontecimentos em História. Em oposição à teoria histórica pós-moderna, que só enxerga nestas dimensões internalizadas processos retóricos e poético-imaginários de criação de sentido, a modernidade do pensamento histórico e a base racional da Ciência Histórica deve ser constituída, explicitada e fundamentada através de operações narrativas básicas presentes na consciência histórica. Teorias históricas podem, por exemplo, ser explicitadas como construções narrativas e com isto conquistam posições importantes dentro dos processos mentais da narração histórica como expressão de uma racionalidade interna do próprio ato de narrar.

Uma tal teorização não significa que a História como ciência tivesse competência para criar sentido, mesmo que seus princípios racionais formais de argumentação racional não ficassem sem efeito para a utilização de critérios básicos de sentido para a interpretação de transcurso temporais. Cuidadoso frente a pretendentes irracionais que reivindicam competência para criar sentido, o pensamento histórico pode ser sensível à uma abertura para potencialidades extra e pré-científicas. A Ciência Histórica pode acionar sua razão metódica da argumentação para manter viva a lembrança em torno de fatos históricos ligados ao processo de constituição de sentido no passado e suas conseqüências. Neste caso, ela pode colocar em discussão o sentido tal qual ele está na lembrança. Se ela fizer isto, revalida o sentido tal qual ele está na lembrança e não é verdade que tradições prenes de sentido fossem jogadas fora através da racionalidade metódica do pensamento científico. Tradições podem até ser revitalizadas através da argumentação racional com sua razão específica. Os padrões de racionalidade que se incorporam

à História enquanto ciência no decorrer do processo de modernização do pensamento histórico, e que foram conscientemente enraizadas na dimensão narrativa internalizada da criação de sentido para a História, constituem uma condição necessária para que a lembrança histórica não perca sua força persuasiva ao tentar aproximar-se da verdade.

Sob o ponto-de-vista do **conteúdo** o pensamento histórico evita a anti-razão que se verifica na inversão cega de objetivos racionais do agir humano em resultados irracionais, quando ele procura problematizar e abordar esta própria dialética da vivência histórica. Com isto não se abre mão dos padrões de racionalidade que visam a eliminação da fome e da miséria e a conquista de autonomia e discursividade, mas são colocados numa relação fundamental com a vivência histórica. Eles podem funcionar como critérios para juízos históricos críticos, mostrando no passado o que não foi cumprido e o que foi feito errado, abrindo com isto, através da lembrança histórica perspectivas futuras de uma vida humanizada. A história dos Direitos do Homem e do Cidadão, por exemplo, traz em seu bojo um potencial considerável de promessas de humanização não cumpridas ao longo do processo de modernização, as quais, no entanto, continuam sendo consensualmente aceitas.

Sob o ponto-de-vista **pragmático**, finalmente, as restrições representadas pela coação consensual resultante da orientação histórica da vida e pela criação da identidade histórica podem ser superadas, relacionando os efeitos práticos do conhecimento histórico ao princípio comunicativo do reconhecimento recíproco de posições e perspectivas históricas diferentes. Se a capacidade de reconhecimento do ser diferente dos outros e da compreensão do sentido próprio na multiplicidade de culturas temporalmente diferentes fosse transformada em parâmetro para a criação de consenso na cultura histórica de uma sociedade, haveria fortes razões

para falar-se de um progresso na razão histórica. Com este progresso, o mínimo que se alcançaria seria a superação da contraposição entre modernidade e pós-modernidade dentro do pensamento histórico em favor de um movimento que poderia ser reconhecido por todas as partes envolvidas na discussão em torno da modernidade deste pensamento como uma tentativa de contribuir para a cultura histórica.